

Diário do Legislativo de 26/09/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 85ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - Solenidade Realizada na 84ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Solenidade de Posse do Sr. Ronaldo João da Silva

1.3 - 69ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.4 - 70ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.5 - Reunião de Comissões

2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

5 - MANIFESTAÇÕES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 85ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 24/9/2009

Presidência dos Deputados Doutor Viana e Ruy Muniz

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Questões de ordem - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 3.790 a 3.792/2009 - Projetos de Resolução nºs 3.793 e 3.794/2009 - Requerimentos nºs 4.656 a 4.662/2009 - Comunicações: Comunicação do Deputado Elmiro Nascimento - Interrupção e reabertura dos trabalhos ordinários - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Sargento Rodrigues - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Braulio Braz - Carlin Moura - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Djalma Diniz - Doutor Rinaldo - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gláucia Brandão - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Leonardo Moreira - Neider Moreira - Padre João - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Ruy Muniz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para

proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Doutor Ronaldo, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Questões de Ordem

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, realmente fiquei muito triste hoje e nem acreditei quando vi a notícia nos jornais, mesmo sabendo que o Prefeito de Belo Horizonte havia dito que faria isso - e fez mesmo. Sua atitude é um verdadeiro absurdo, um desrespeito e rasga totalmente a legislação. Afinal, ele está tirando mais de 100 Guardas-Municipais, que têm a responsabilidade de cuidar do patrimônio público, das praças e, principalmente, da porta de escolas, e colocando-os nas ruas para multarem. Como já disse, isso fere a legislação. Aliás, há pareceres do Ministério das Cidades, do Denatran, do Tribunal de Justiça de São Paulo, da OAB, todos contra os Guardas-Municipais multarem - até o próprio Ministério Público é contra. Portanto, a Guarda Municipal tem a função de cuidar do patrimônio público, mas, infelizmente, em Minas Gerais, especificamente em Belo Horizonte, instalou-se a indústria da multa, com possibilidade de a BHTRANS perder o poder de polícia. Só falta mais um voto para isso acontecer, e essa decisão será julgada no STJ. O Ministro Mauro Marques, relator do processo, já votou contrariamente ao poder de polícia da BHTRANS. Diante dessa situação, o Prefeito Márcio Lacerda rapidamente autorizou os Guardas-Municipais a "soltar" a caneta e multar à vontade. É um verdadeiro desrespeito, é um absurdo, fere a legislação. Comentava com o Deputado Doutor Viana - que já vem falando isso aqui há mais de quatro anos - sobre essa situação. Infelizmente, esse problema é uma realidade e mostra a sanha arrecadatória do Município. A BHTRANS aplica uma multa por minuto, ou seja, mais de 1.700 por dia, o que corresponde a uma arrecadação, nos últimos seis meses, de mais de R\$23.000.000,00. Aliás, quando Fernando Pimentel era Prefeito, houve uma discussão, e ele garantiu que a Guarda Municipal não multaria, como fez durante o seu mandato. No entanto, tal não acontece agora no mandato do Prefeito Márcio Lacerda. Há vários levantamentos que fizemos de outras cidades que estão com ações na Justiça sobre as mesmas questões. Sabe o que fizemos? Antes de o Ministério Público abrir suas portas, já estávamos lá. Assim que elas foram abertas, fiz uma representação, solicitando que ele impeça a Guarda Municipal de aplicar multas em Belo Horizonte, porque isso está claro em toda a legislação, e, de acordo com o entendimento, a Guarda Municipal não tem competência para atuar na fiscalização de trânsito, incluindo procedimento relativo à aplicabilidade de multas, como também não detém legitimidade para firmar convênio com os órgãos de trânsito para a aplicação de sanções aos infratores. (- Lê:)

"As Guardas Municipais são desprovidas de competência para atuar no campo da segurança pública, não podendo, pois, ser investidas de atribuições de natureza policial e de fiscalização do trânsito. Sua atuação se restringe à proteção dos bens, serviço e instalações do ente municipal, conforme o art. 144, § 8º, da Constituição Federal."

Portanto a Guarda Municipal não pode atuar no trânsito, não pode multar. Não somos a favor de motorista infrator, e aquele que cometer irregularidade tem, sim, de ser punido. Se atravessou o sinal, ele tem de ser punido. No entanto não podemos aceitar a falta de bom senso, e é justamente isso o que acontece. Vários exemplos foram dados aqui, e muitas pessoas que não cometeram infração foram multadas pela BHTRANS. Aí o cidadão recorre, mas, infelizmente, a Jari só julga a favor de altas autoridades. Portanto não adianta o povo recorrer, já que perdem todas as ações. Um grande número de pessoas encaminhou suas multas para o nosso gabinete. Há até um taxista, multado duas vezes na mesma semana, pelo mesmo agente, por estar usando fone de ouvido, mas ele disse que nunca usou fone de ouvido, e nem sabe o que é isso. Assim, entramos com uma representação no Ministério Público, a fim de que o ato absurdo do Prefeito Márcio Lacerda seja cancelado o mais rapidamente possível. Confiamos muito no Ministério Público, que já se posicionou contrariamente ao poder de polícia da Guarda Municipal, por isso esperamos uma decisão, até mesmo uma medida liminar do Tribunal de Justiça, pois a população não pode ser penalizada. O Prefeito Márcio Lacerda sabe que perderá a ação no STJ. Temos agenda marcada no STJ, quando visitaremos todos os Ministros, até o Mauro Marques. Com a BHTRANS, perdendo o poder de polícia para multar, mais do que depressa, o Prefeito colocou a Guarda Municipal para fazer isso, a fim de continuar com a arrecadação. Uma verdadeira indústria de multa instalou-se em Belo Horizonte e na Região Metropolitana. Não podemos aceitar isso.

O Deputado João Leite - Obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de elogiar a iniciativa não só da Prefeitura de Belo Horizonte, mas também do governo do Estado, por declarar situação de calamidade pública no Anel Rodoviário de Belo Horizonte. A irresponsabilidade do governo federal em manter desligados os radares do Anel Rodoviário de Belo Horizonte vem provocando mortes de famílias de Belo Horizonte, Minas Gerais e mesmo do Brasil, que utilizam o Anel. Elas o estão dividindo com carretas pesadas e caminhões, provocando separação, morte, tristeza e grande prejuízo para todo o Estado de Minas. Há anos estamos acompanhando o envio zero de recursos federais para resolver a questão do Anel Rodoviário, que pertence ao governo federal, mas ele nada faz para resolver a situação. E a mesma coisa acontece em relação ao metrô de Belo Horizonte, da Região Metropolitana. Temos esse problema, e o governo federal não investe. Ao mesmo tempo envia para o metrô de Caracas, que está com a sua quarta fase quase finalizada, recursos do BNDES. Por que Belo Horizonte não pode receber os recursos? Por que o Anel Rodoviário e o metrô de Belo Horizonte não podem receber esses recursos. Queria também, rapidamente, Sr. Presidente, com muita tristeza, comentar a punição recebida pelo Deputado Henrique Afonso, do PT, pastor presbiteriano, que se manifestou contra o aborto e foi punido pelo partido. Ele está suspenso por 90 dias; além desse parlamentar, está suspenso por mais de um ano, por ter-se manifestado contra o aborto, também o Deputado Luiz Bassuma, da Bahia, que não é de nenhuma igreja protestante ou evangélica, é espírita. Ele está correndo o risco de não se candidatar nas próximas eleições. Imaginem: os Deputados estão perdendo o direito de discursar, de pertencer a comissões; estão suspensos de suas funções porque se manifestaram em favor da vida, contra a morte de crianças. Dizem que puniram os Deputados que são progressistas, que repetiram o que os faraós fizeram no Egito e na Mesopotâmia - terra dos povos mais remotos. Existe algo mais antigo do que matar criança? Foi isso o que o PT fez contra o pastor presbiteriano Deputado Henrique Afonso, do Acre, e contra o Deputado espírita Luiz Bassuma. Quero dizer da minha tristeza por ver isso acontecendo no nosso país. A vida está em risco. Deputado Doutor Viana, tenho realizado trabalho com companheiros do PSDB, para que o nosso partido não seja invadido por esta sanha perseguidora contra a vida de crianças indefesas que ainda estão no ventre de suas mães e são arrancadas dali. Os defensores da vida dessas crianças estão sendo punidos por seus partidos. Lamento e agradeço a oportunidade, Deputado Doutor Viana.

O Deputado Délio Malheiros - Sr. Presidente, ouvi atentamente o que o Deputado Weliton Prado falou. Oriente-lhe a conhecer um pouco a história da nossa luta contra a aplicação de multas por parte da Guarda Municipal. Eu já havia impetrado representação no Ministério Público, complementada ontem. Rememorei para esse órgão o que foi dito, por escrito, ao Sr. Prefeito Márcio Lacerda em janeiro do corrente ano: a Guarda Municipal está aplicando multas arbitrariamente a partir de hoje. E o pior: estamos assistindo à prática do crime de falsidade ideológica, em que o Guarda-Municipal está anotando a infração e passando-a para o agente da BHTRANS, que, por sua vez, lavra o auto de infração. Repito: isso é falsidade ideológica, é caso de demissão imediata, a bem do serviço público. É como se um médico que não examinou o paciente aceitasse o relato de outro colega e declarasse que aquele paciente está apto a exercer função ou deve entrar de licença. Portanto impetramos, junto ao Ministério Público, à Justiça e a todos os órgãos, representações para que a Guarda Municipal de Belo Horizonte, que está apta apenas a cuidar do patrimônio do Município, não se enverede nessa ilegalidade de aplicar penalidade de trânsito. Não houve concurso público para isso, não existe essa atribuição legal ou constitucional. Estão arbitrariamente inovando, exercendo atividade que não lhes pertence. Sendo assim, estamos tomando todas as providências legais para que essa arbitrariedade de a Guarda Municipal aplicar multa de trânsito em Belo Horizonte não prevaleça. Aliás, apresentamos projeto nesta Casa para impedir o Detran de Minas Gerais de anotar, nos seus registros, de classificar e notificar quaisquer motoristas em razão de penalidades aplicadas por quem não tem competência, não tem atribuição legal de exercer essa

atividade, que é do Estado. Aquele que aplica penalidade de trânsito deve ter fé pública, e o Guarda-Municipal não a tem, não está apto. A derrota do Município será fragorosa. Esse profissional tem o dever e a atribuição de guardar o patrimônio do Município, as praças, as ruas e os prédios públicos; não pode aplicar penalidade de trânsito. Nada contra os Guardas-Municipais. A tarefa que exercem tem caráter muito importante para a sociedade, mas enveredar por esse campo de aplicação de penalidades, anotar a infração e passar para um funcionário da BHTRANS é um crime que vai custar caro. E por último, Presidente, gostaria de dizer que a Prefeitura de Belo Horizonte será derrotada na Justiça, porque os Guardas-Municipais vão pedir equiparação salarial com os agentes da BHTRANS na Justiça. Os Guardas-Municipais ganham R\$1.000,00; os da BHTRANS, R\$2.000,00, e vão exercer as mesmas funções!? Portanto, a Prefeitura terá um passivo enorme, e quem vai pagar a conta disso será o contribuinte. Vão ingressar na Justiça pedindo remuneração de duas funções que estão exercendo, de Guarda-Municipal Patrimonial e de agente de trânsito. O Prefeito Márcio Lacerda foi alertado por nós oficialmente em janeiro deste ano para não se envolver nessa ilegalidade, nessa inconstitucionalidade, porque o custo para o erário será enorme e o contribuinte é quem vai pagar essa conta. Se essas penalidades forem realmente registradas, serão canceladas judicialmente, tamanha e flagrante a inconstitucionalidade dessa medida. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - Esgotado o prazo destinada a esta fase e não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições.

Projeto de Lei Nº 3.790/2009

Declara de utilidade pública a Associação Cão Viver em Defesa dos Animais, com sede no Município de Contagem.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Cão Viver em Defesa dos Animais, com sede no Município de Contagem.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 24 de setembro de 2009.

Ademir Lucas

Justificação: A Associação Cão Viver em Defesa dos Animais, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter socioambiental, tem por escopo esclarecer e educar a população quanto à posse responsável e à esterilização de animais.

Para a consecução de seu objetivo, promove a recuperação e a proteção da identidade dos animais; oferece serviços de guarda, tratamento, esterilização, vacinação, pequenas incisões cirúrgicas, cremação, adestramento e exposição; estimula a adoção de animais abandonados; promove a defesa dos direitos sociais coletivos e difusos relativos aos animais e ao meio ambiente; estimula o aperfeiçoamento e o cumprimento de legislação que instrumentalize a concretização de suas finalidades.

Considerando que as ações desenvolvidas pela Associação são importantes para a preservação e a proteção de nossa fauna, contamos com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei, que pretende declará-la de utilidade pública.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Meio Ambiente, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.791/2009

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o Imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Itajubá o imóvel de propriedade do Estado de Minas Gerais, situado na Rua Orlando Mohalen, s/n, Bairro Medicina, com área de 2.134,28m² (dois mil, cento e trinta e quatro vírgula vinte e oito metros quadrados), registrado sob os nºs 5.803, do Livro 3-D, fls 262, e 5.702, do Livro 3- D, fls. 241, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itajubá.

Parágrafo único - O imóvel descrito no "caput" destina-se à construção de uma praça de lazer e esportes.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos, contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista ou no caso de ser desvirtuada a sua destinação ou modificada a sua finalidade.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 24 de setembro de 2009.

Almir Paraca

Justificação: Por solicitação do Município de Itajubá, pleiteamos nesta proposição a transferência de propriedade do terreno situado na Rua Orlando Mohalen, s/n, Bairro Medicina, com área de 2.134,28m², registrado sob os nºs 5.803, do Livro 3- D, fls 262, e 5.702, do Livro 3-D, fls. 241, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itajubá, de propriedade do Estado de Minas Gerais, para o Município de Itajubá, que ali instalará uma praça de esportes e lazer, destinada à utilização pelos moradores e visitantes do Bairro Medicina.

Para instruir nossa solicitação e contar com o apoio de nossos pares para a tramitação sem obstáculos desta proposta, anexamos ao projeto de lei ofícios e documentos que comprovam a titularidade do terreno, a sua não utilização pelo Estado para a construção de uma unidade escolar

em 1960 e até hoje não foi realizada; o Termo de Vinculação e Responsabilidade a ele referente, bem como cópias dos registros de imóveis, documentação fotográfica, escrituras públicas e o formulário de Informação de Valor para Fins de Contabilização, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

Por intermédio do Gabinete do Vice-prefeito e por solicitação formal do Prefeito Municipal de Itajubá, tomamos conhecimento da verdadeira necessidade da doação, para que se leve a cabo projeto de tamanha importância - especialmente para os jovens Itajubenses -, mas também para os moradores de todas as faixas etárias. Um espaço destinado à prática de atividades esportivas e lúdicas e de promoção do bem-estar da população pela possibilidade de horas de lazer, descanso e convivência comunitária.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art.102, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 3.792/2009

Declara de utilidade pública a Associação dos Catadores Itajubenses de Materiais Recicláveis - Acimar -, com sede no Município de Itajubá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Catadores Itajubenses de Materiais Recicláveis - Acimar -, com sede no Município de Itajubá.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 24 de setembro de 2009.

Luiz Humberto Carneiro

Justificação: Com a finalidade precípua de apoiar e defender os interesses dos catadores de material reciclável, favorecendo sua união e organização, foi criada, em 2007, a Associação dos Catadores Itajubenses de Materiais Recicláveis, entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos.

Para a consecução de seu objetivo, a entidade mantém serviços de assessoria jurídica, possibilita aos seus associados segurança no trabalho e cria condições para a inserção dos catadores no mercado de materiais recicláveis, apoiando sua autonomia e independência. Além disso, luta para que esses trabalhadores sejam respeitados e para que sua atividade seja legalmente reconhecida, apoia a criação de cooperativas e promove a educação e a preservação do meio ambiente.

Diante da importância das ações realizadas pela Associação dos Catadores Itajubenses de Materiais Recicláveis, contamos com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei, que pretende declará-la de utilidade pública.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3.793/2009

Ratifica regime especial de tributação concedido à indústria de laticínios, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão de regime especial de tributação ao contribuinte mineiro da indústria de laticínios, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, em virtude de benefícios fiscais concedidos pelos Estados do Rio de Janeiro, por meio da Lei nº 4.533, de 4 de abril de 2005, alterada pela Lei nº 5.229, de 29 de abril de 2008; de Goiás, por meio do Decreto nº 4.852, de 29 de dezembro de 1997; do Espírito Santo, pelo Decreto nº 1.176-R, de 30 de julho de 2003; e da Bahia, pelo Decreto nº 10.710, de 18 de dezembro de 2007.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 24 de setembro de 2009.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

- Publicado, inclui-se o projeto em ordem do dia.

PROJETO DE RESOLUÇÃO nº 3.794/2009

Ratifica regime especial de tributação concedido à indústria de revestimento cerâmico, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão de regime especial de tributação ao contribuinte mineiro da indústria de revestimento cerâmico, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, em virtude de benefício fiscal concedido pelo Estado da Bahia por meio da Lei nº 7.025, de 24 de janeiro de 1997.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 24 de setembro de 2009.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

- Publicado, inclui-se o projeto em ordem do dia.

REQUERIMENTOS

Nº 4.656/2009, do Deputado Ademir Lucas, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Sra. Suraya Khalil Lebbos pela sua indicação para receber o prêmio Mulheres Notáveis de Minas Gerais 2009. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 4.657/2009, do Deputado Ademir Lucas, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Sr. Sérgio Teixeira da Fonseca por ter sido eleito Vice-Diretor da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG.

Nº 4.658/2009, do Deputado Ademir Lucas, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Sr. Emerson Silami Garcia por ter sido eleito Diretor da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG. (- Distribuídos à Comissão de Educação.)

Nº 4.659/2009, do Deputado Delvito Alves, em que solicita seja encaminhado ao Delegado do Município de Ouro Preto pedido de providências para que seja feita a vistoria no veículo Ford Corcel, ano 1974, placa GOH-0789, que se encontra apreendido nesse Município, com suspeita de adulteração no chassi, há mais de um ano aguardando laudo técnico. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.660/2009, do Deputado Leonardo Moreira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Sebastião Helvécio Ramos de Castro pela posse como Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 4.661/2009, da Comissão de Administração Pública, em que solicita seja encaminhado ao Chefe do Departamento de Trânsito de Minas Gerais - Detran-MG - pedido de informações sobre a receita advinda da aplicação de multa de trânsito nos últimos cinco anos em Belo Horizonte, discriminando os valores anuais, as regiões da Capital de maior incidência e o tipo de multa aplicada.

Nº 4.662/2009, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a possibilidade de utilização de verbas depositadas em favor do Município de Januária, mas que ainda não foram repassadas às creches do Município. (- Distribuídos à Mesa da Assembleia.)

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

Comunicações

- É também encaminhada à Mesa comunicação do Deputado Elmiro Nascimento.

Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos do § 1º do art. 22 do Regimento Interno, interrompe os trabalhos ordinários para destinar a 1ª Parte desta reunião à realização do encontro "Mais dez: o Legislativo e a sociedade construindo juntos o novo Plano Nacional de Educação".

- A ata desse evento será publicada em outra edição.

Reabertura dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente (Deputado Ruy Muniz) - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de amanhã, dia 25, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA SOLENIDADE REALIZADA NA 84ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 23/9/2009

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Composição da Mesa - Leitura do termo de posse - Assinatura do termo de posse - Posse do Deputado Doutor Ronaldo - Registro de presença - Suspensão dos trabalhos ordinários.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - Destina-se esta parte da reunião à solenidade de posse do Sr. Ronaldo João da Silva na vaga decorrente da renúncia do Deputado Sebastião Helvécio para investidura no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Ronaldo João da Silva e Deputado Sargento Rodrigues, 3º-Secretário desta Casa.

Leitura do Termo de Posse

O Sr. Presidente - Com a palavra, o 3º-Secretário, nas funções de 1º-Secretário, para proceder à leitura do termo de posse.

O Sr. Secretário (Deputado Sargento Rodrigues) - (- Proceda à leitura do termo de posse.).

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvirem, de pé, o compromisso de posse que será prestado pelo Sr. Ronaldo João da Silva. Com a palavra, o Sr. Ronaldo João da Silva, para prestar o seu compromisso regimental.

O Sr. Ronaldo João da Silva - (- Proceda à leitura do compromisso regimental.).

Assinatura do Termo de Posse

O Sr. Presidente - A Presidência convida o Sr. Ronaldo João da Silva a assinar o termo de posse, que, em seguida, será assinado por este Presidente e pelo 3º-Secretário, nas funções de 1º-Secretário.

- Proceda-se à assinatura do termo de posse.

Posse do Deputado Doutor Ronaldo

O Sr. Presidente - Declaro empossado o Deputado Doutor Ronaldo.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência regista a presença, em Plenário, dos Exmos. Srs. Wanderli José Pereira de Moura, Presidente da Câmara Municipal de Funilândia; José Soares de Alcântara, Prefeito desse Município; Remaço Souza Canto, Prefeito Municipal de Capim Branco; e Márcio Maroca, Prefeito Municipal de Sete Lagoas; na pessoa destes, cumprimento todas as autoridades que comparecem a esta posse. Parabenizamos o Deputado Doutor Ronaldo, desejando-lhe muito êxito e sucesso.

Suspensão dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 15 minutos, para troca de cumprimentos. Estão suspensos os nossos trabalhos.

ATA DA 69ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 22/9/2009

Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - Questão de ordem - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: - Inexistência de quórum para votação - 2ª Fase: Questões de ordem; discurso do Deputado Arlen Santiago - Questões de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Weliton Prado - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Doutor Rinaldo - Duarte Bechir - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gláucia Brandão - Inácio Franco - Jayro Lessa - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 20h14min, a lista de comparecimento regista a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- A Deputada Gláucia Brandão, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Questão de Ordem

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, hoje à tarde, ao usar a tribuna, mostrei a nossa insatisfação, descontentamento e surpresa em ver uma publicação tão benfeita, tão bem-elaborada, com a arte muito benfeita, mas uma publicação pirata da Secretaria de Meio Ambiente. Essa publicação causou espanto porque, na realidade, é uma resposta da Secretaria sobre o que vimos denunciando nesta Casa: a indústria da multa que foi instalada no Norte de Minas Gerais, patrocinada pelo IEF. O estranho é que, se tudo isso fosse verdade, o que custaria ao José Carlos de Carvalho, Secretário de Meio Ambiente, ter coragem de assinar esse documento, esse jornal pirata? O jornal pirata foi elaborado pelo IEF, pela Secretaria de Meio Ambiente, distribuído aos milhares nas caminhonetes, nos carros do IEF no Norte de Minas, no Projeto Jaíba. A estranheza maior foi que, depois que fiz o questionamento, o Deputado Domingos Sávio, Líder da Maioria, usou a tribuna para dizer que essa publicação foi patrocinada pelo Sr. Valmir Moraes, Prefeito de Patís e Presidente da Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene - Amams. Muito estranho, porque é justamente na área mineira da Sudene que está acontecendo a farra da indústria da multa, patrocinada pelo IEF, que está causando uma quebraadeira generalizada no Norte do Estado de Minas Gerais. Nós já vínhamos colhendo assinatura para a abertura de uma CPI para apurar o caso, e essa CPI fica cada vez mais reforçada. Por isso faço um apelo aos Deputados que ainda não

assinaram o requerimento para a criação dessa CPI que assinem. Além de implantar a indústria da multa no Norte de Minas e a perseguição a quem produz e a quem trabalha, agora a Secretaria de Meio Ambiente resolve fazer pirataria com o dinheiro público. Um jornal pirata, que não tem expediente, não tem jornalista responsável, não tem assinatura de ninguém. E ainda pega os carros do Estado, com gasolina e funcionários do Estado, para fazer a distribuição desse boletim apócrifo, para tirar a responsabilidade deles e culpar o governo federal pelos atos que o IEF e a Secretaria de Meio Ambiente vem cometendo no Norte de Minas. Essa matéria vem, há mais de 30 dias, sendo denunciada por esta Casa, pelo jornal "O Tempo" e por vários órgãos de imprensa. Precisamos tomar providências. É por isso que faço aqui, mais uma vez, uma chamada aos Deputados, à Bancada ruralista nesta Casa, à Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, que sabe do problema e esteve no Jaíba, aos Deputados da Bancada do Norte que ainda não assinaram, para que sejam solidários a essa causa, que é de todos. É uma causa que precisa ser resolvida, senão vai gerar quebradeira regionalizada. Isso, Sr. Presidente, é como o Collor fez com o confisco da poupança. É o que a Secretaria de Meio Ambiente quer fazer: confiscar as terras de todos do Norte de Minas, para transformar a região numa grande reserva legal. Não estão levando em conta os empregos, as oportunidades, o povo do Norte de Minas, que tem de largar lá suas famílias para ir cortar cana no Triângulo Mineiro. O mesmo IEF que deixou desmatar 97% do Triângulo Mineiro agora quer transformar a região mais pobre do Estado numa reserva legal. Seria até importante se indenizassem os produtores rurais ou pagassem a eles para preservar, porque quem mais quer preservar, podem ter certeza, é o produtor rural, que depende do equilíbrio da natureza. O que estão fazendo é terrorismo. Não defendem o meio ambiente, querem é arrecadar, fazer multa e perseguir as pessoas. Obrigado, Sr. Presidente.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

A Presidência verifica, de plano, que não há quórum para votação, mas que há para a continuação dos trabalhos.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Tendo em vista entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Questões de Ordem

O Deputado Ruy Muniz - Gostaria de esclarecer ao Deputado Paulo Guedes, a todos da Assembleia, ao povo do Norte de Minas em geral e aos produtores rurais que o governo de Minas ontem fez grande reunião com os Secretários. Hoje já enviou o Secretário de Agricultura, Dr. Gilman Viana, a Montes Claros, e ele se reuniu com os produtores rurais e com o Presidente da Sociedade Rural, Sr. Alexandre Viana. Houve grande entendimento, Deputado Paulo Guedes, para resolver de vez a questão da mata seca, do Projeto Jaíba e das multas. Está-se abrindo grande entendimento para renegociação, para conversão dessas multas e para outras formas não de pagamento, mas de benefício ao meio ambiente. Precisamos buscar esse entendimento. Vamos parar de fazer utilização política da causa e resolvermos os problemas dos produtores, que estão unidos e apoiam o governo de Minas, o Governador Aécio Neves e o nosso Vice-Governador, Anastasia. As diferenças foram contornadas, com certeza. Muito obrigado, Sr. Presidente. Votaremos porque Minas precisa avançar.

O Deputado Arlen Santiago - Insistindo nesse tema esdrúxulo, que traz tantos sofrimentos, vemos, por exemplo, que o governo federal faz uma lei que determina que a região onde há mata seca seja classificada como região de mata atlântica. Hoje estivemos com o ex-Ministro José Carlos e com o atual Ministro, Minc. Por meio de requerimento, o Ministro Minc foi convidado a vir à Comissão de Meio Ambiente, com a finalidade de debater essa situação. Ele falou que queria ficar por dentro do tema, quando o Secretário José Carlos lhe disse que havia sido feito um decreto pelo governo federal declarando as áreas 3 e 4 do Projeto Jaíba como de interesse social. Por quê? Porque era necessário fazer obras lá, obras do PAC, esse PAC empacado. E as áreas 1 e 2 não. O Ibama não dá anuência. O Governador apresenta hoje esse decreto, e o governo de Minas pedirá ao Ibama a anuência. O Ministro Minc, que se recusou a vir aqui discutir esse tema com toda a população do Estado, disse que gostaria de que houvesse um documento feito por advogados e que não deixaria de cumprir a lei em momento algum. Eu, o Deputado Gil Pereira e a Deputada Ana Maria Resende conversamos com o Secretário José Carlos e dissemos que queríamos levar até ele a população do Norte de Minas, para entregar esse documento a ser feito pelo governo do Estado. Ele se recusou a fazê-lo, dizendo que não queria politizar esse tema, nem ir para a cadeia se não cumprisse uma lei, sendo a lei boa ou ruim. O Ministro Minc, do Presidente Lula, da área do Meio Ambiente, recusou-se a receber os mineiros, que queriam entregar um documento a ele. Poderia muito bem, para esclarecer definitivamente essa situação, marcar reunião com o Deputado Paulo Guedes, com os outros Deputados, e nós iríamos. Todo o Norte de Minas iria ao encontro do Ministro, os produtores do Jaíba e também os outros, como, por exemplo, os do assentamento de Montalvânia, pois o Ibama não libera os assentamentos do Incra, para que possam produzir. Quem pode mais é o governo federal; o Ibama pode dar essa liberação. O Ministro Minc, do Meio Ambiente, pediu que o governo de Minas mandasse para ele um documento provando que mata seca não é mata atlântica. O governo de Minas fará isso. Mas ele nos disse textualmente que pegará esse documento para enviá-lo à Advocacia-Geral da União. Não sei se é assim que o governo federal tem de tratar os mineiros. Por que não discute o assunto, e o Zé Carlos, o Minc, quem for, não ficam frente a frente? O governo federal não pode continuar legislando dessa forma. Alguém do IBGE produz um mapa, e nós, do Norte de Minas, passamos a viver nessa situação. Já que há tanta energia, tanto gás, tanta força para falar mal do Governador Aécio Neves, que tem feito tanto pelo Norte de Minas, com esse Proacesso maravilhoso, ao contrário do nosso querido Presidente Lula, que está deixando a BR-135, há sete anos, sem um palmo de asfalto, na região de Manga, Montalvânia, São João das Missões, por que não se resolve esse problema? Queremos uma oportunidade para apresentar ao governo federal nossa posição, a fim de que mude a lei ou o que for necessário a fim de que o povo possa plantar. A Assembleia trabalhou muito e conseguiu mudar a lei, fazendo com que 30% da área ficasse reservada para reflorestamento, preservando a mata nativa, e fazendo com que 70% fosse destinada para o povo trabalhar. Essa discussão deve ter a participação do Executivo Federal, para que não fiquemos simplesmente nesse bate-boca e as coisas não continuem da forma como estão.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, parece-me que as questões abordadas pelo Deputado Arlen Santiago envolvem o governo federal. Pena que o Ministro do partido dele, José Múcio, não é mais o Ministro das Relações Institucionais, porque o Presidente Lula o está indicando para o TCU. Até parece que o Deputado não é de um partido da base do governo Lula. O Deputado podia acionar seus representantes junto ao governo Lula, já que o PAC está empacado e precisa do Executivo Federal para continuar suas obras. Ninguém melhor que os representantes do partido dele, que respeito muito, no governo federal, para intermediar essa questão. Parece que aqui está havendo um jogo de empurrão-empurra. Todos sabem minha posição em relação à questão ambiental. Defendi a Serra da Moeda, fiz restrições à forma como o Código Florestal foi votado, realizei um vigoroso debate em defesa do monitoramento e do rastreamento eletrônico e tenho imensa preocupação com o carvoejamento, principalmente clandestino, em Minas Gerais. De fato, o pequeno produtor e o médio produtor do Norte de Minas, além daquele que, de fato, quer plantar e já possui a reserva, não podem ser penalizados. Parece que o Deputado Paulo Guedes pisou no calo de muita gente. Não estou entendendo. O Deputado Paulo Guedes tem apresentado esses problemas de maneira pertinente. Segundo suas palavras - não estava lá, mas confio no Deputado da minha Bancada -, foi distribuído um material, com assinatura de um movimento. Parece que os autores do movimento não apareceram, pois não consta o lugar onde foi feito e havia gente do governo distribuindo esse material. Não há problema nenhum no fato de o governo fazer e entregar material. Deputado, governo federal e governo estadual fazem isso, mas assumem a autoria. Material que não tem autoria assumida, distribuído por órgão do governo, é algo grave. Mas acho que temos de pensar para frente. O mais importante são os moradores, a população do Norte de Minas. E o PT está do lado do Norte de Minas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Carlin Moura - **Sr. Presidente, este é um momento grave na vida do pequeno produtor rural, do pequeno proprietário**

do Norte de Minas. Com o maior respeito que tenho pelo Deputado Arlen Santiago, não é momento de blá-blá-blá, não é momento de tergiversação, de conversa fiada, mas de apresentar solução para o impasse instalado no Norte de Minas. A fala do ilustre Deputado Arlen Santiago vem muito ao encontro desse jornal, que, em vez de esclarecer, procura confundir. Um jornal que não tem assinatura nem cara, mas que, diga-se de passagem, foi muito benfeito. Quem conhece o mínimo de produção gráfica sabe que esse material não é barato. Mas esse jornal não traz o nome do jornalista responsável, o endereço, o nome da gráfica em que foi rodado e o custo desse material. E esse material é desinformativo porque procura confundir as pessoas. Neste momento, queremos o esclarecimento desse fato. Por isso, Deputado Paulo Guedes, o senhor tem toda a razão: é importante, sim, a instalação de uma CPI para que possamos discutir essa questão ponto a ponto. A gravidade da distribuição desse jornal é a gota d'água que faltava para que a Assembleia de Minas instale a CPI da Indústria das Multas e a CPI sobre o Norte de Minas. Acho que nenhum parlamentar desta Casa que defende o Norte de Minas, sendo ou não da Bancada do Norte de Minas, pode deixar de assinar a CPI. Se essa CPI não sair é porque não há respeito para com os trabalhadores e produtores da região. A CPI serve para esclarecer. Queremos saber quem fez esse jornal, como está sendo feita a orientação do IEF e do Ibama no Norte de Minas. Esse é o ponto central. Ao falar sobre a legislação federal, o jornal se esqueceu de dizer que ela regulamentava a mata atlântica, que ela determinou que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - confeccione um mapa. E o mapa elaborado pelo IBGE é que faz essa grande confusão, deixando pouco claro se a mata seca é ou não mata atlântica. No entanto, não há regulamentação sobre essa transição. O que se sabe é que o IEF já está multando, já está perseguindo os trabalhadores. Essa é a denúncia que chegou nesta Casa. Se existe essa forte denúncia, o papel da Assembleia Legislativa é investigá-la. A CPI serve para investigar os fatos, para saber o que realmente está acontecendo. Não quero entrar na questão, definir se se trata de mata seca ou mata atlântica, mas temos direito à investigação. Quando se publica um jornal apócrifo, sem assinatura, sem cara, sem um editor responsável, sem um endereço, algo de muito estranho está acontecendo. Algo de muito estranho vem acontecendo com relação a essas questões da mata seca no Norte de Minas. Então, faço um apelo aqui a todos os Deputados desta Casa. Assinei o pedido de instalação de CPI formulado pelo Deputado Paulo Guedes porque acho que toda CPI deve ser instalada para investigar. A confecção desse jornal apócrifo, que visa confundir a cabeça do Norte de Minas, é mais um motivo para a instalação dessa CPI. Peço ao ilustre Deputado Arlen Santiago que, em vez de ficar aqui com um blá-blá-blá para o Norte de Minas, tome coragem e assine a CPI, porque é disso que o Norte de Minas está precisando.

O Deputado Arlen Santiago - Sr. Presidente, solicito a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno.

O Sr. Presidente - É regimental. Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado Arlen Santiago.

O Deputado Arlen Santiago - O Deputado Carlin Moura, que sempre se pronuncia bem, foi bastante infeliz. Se quiser que todos assinem a convocação do Prefeito de Patis, Valmir Moraes, para vir em qualquer comissão desta Casa falar a respeito, não só desse jornal, como de "outdoor" e outras coisas mais, ele virá. Não nos furtaremos. Não é blá-blá-blá. Queremos que a Bancada do PT nesta Casa, tomara que liderada pelo Deputado Paulo Guedes, agende uma audiência com o Ministro do Meio Ambiente para discutir o conteúdo do que estão fazendo com o Norte de Minas. Vamos discutir o conteúdo, e não a forma. Se acham que isso é um papel apócrifo, denunciem para a polícia, como foi feito em Manga, quando algumas pessoas, falando mal do prefeito, começaram a distribuir papéis apócrifos. Pegaram uma pessoa de um partido muito importante neste país, que foi filmada distribuindo isso dentro do Banco do Brasil. O inquérito está sendo feito e os processos vão correr em Manga para apurar isso. Se alguém tem alguma dúvida aqui, pode chamar o Prefeito Valmir Moraes que ele virá, não se acovarda à frente das coisas. Ele vem e quem está falando que isso é blá-blá-blá, mentira que o governo está distribuindo, que agente as consequências e prove ou pare com essa situação. O que o Norte de Minas precisa é de uma audiência com o Ministro do Meio Ambiente ou qualquer outro ou até de uma articulação institucional, que era o Ministro Múcio do meu Partido. Meu Partido vota a favor de acabar o fator previdenciário, diferentemente de muita gente que no passado pregava que o fator previdenciário era ruim e que hoje persegue os aposentados, como o Deputado Federal Pepe Vargas, o Ministro José Pimentel, do Partido do Deputado Paulo Guedes. Temos que discutir o conteúdo do que está escrito nesse papel. Vamos discutir o conteúdo. Se quiserem discutir a autoria, quero chamar nesta Casa, em qualquer comissão, no dia que quiserem, o Presidente da Amams, Prefeito de Patis, Valmir Moraes, que vai estar aqui porque não é um covarde. Não aceitamos que falem mal desse Governador que fez o Processo, que está fazendo tantas coisas, barragens, tantas obras importantes no Norte de Minas; ao contrário, a BR-135, de Manga a Montalvânia, não tem um palmo de asfalto. Queremos que isso seja apurado. Queremos apurar também quem colocou fogo no caminhão do Sesc em Manga. Essa pessoa está sendo identificada pela polícia. Isso é caso de polícia. O Prefeito Valmir Moraes vem aqui a hora que quiserem. Chega de denúncia falsa nesta Casa, chega de atacar um homem como o Governador Aécio Neves. Vamos ver o que está acontecendo. O pessoal do PT pode marcar audiência com quem quiser em Brasília. É a advocacia da União? É. O Advogado-Geral da União, que está sendo indicado para o Supremo Tribunal Federal por processo de malversação de dinheiro público. Conteúdo para denúncia tem demais. Onde está a CPI da Petrobras? Nem aconteceu. O Senado está perdendo tempo para fazer a CPI da Petrobras? Sim, porque o PT não deixa que ela caminhe. Aqui o PT é diferente. Não aceitaremos isso. Viremos ao Plenário para debater as denúncias, as falsidades que têm sido citadas aqui. O Valmir Moraes, Presidente da Amams, está preparado para vir aqui na hora que quiserem, para provar a autoria do "outdoor", do jornal, do que for, porque assume isso. Queremos que a querida Bancada do PT marque com o governo federal para que o Ministro Minc nos receba. Hoje foi quase orelhado para ele conversar conosco o tema. E o que ele disse? "Façam um documento e o enviaremos para a Advocacia-Geral da União, para ver se o Ibama e o Ministério poderão liberar." Vamos lá para ver se ele falou isso ou se vai mudar e nos ajudar.

Questões de Ordem

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, desde a parte da tarde, acompanho essa discussão, que eu já previa. Sabe por que a bancada do governo está fazendo essa discussão? Estão querendo encobrir o que já denunciamos várias vezes, que é o fato de o Governador Aécio Neves pagar uma conta que não é dele e por omissão dele. Ele tem um Secretário de Meio Ambiente que se acha o Papa, o Sr. José Carlos, que está fazendo os maiores absurdos na questão ambiental em Minas Gerais. Não há, por parte dos órgãos ambientais, preocupação alguma com a preservação, e sim com a arrecadação. Quando votamos a questão da mata seca, discutimos, e eu disse, Sr. Presidente, várias vezes, ao Deputado Mauri Torres, Líder do Governo, que isso aconteceria. Entretanto se antecipou porque o jornal "O Tempo" assumiu a responsabilidade de fazer uma defesa do Norte de Minas. O Sr. Vittorio Mediolí, jornalista, tem escrito várias reportagens sobre os problemas do Norte de Minas, fazendo aflorar a discussão. Não adianta ficar puxando o saco do Governador com esta ganância que vemos hoje. Isso vai prejudicar o Governador Aécio Neves; já o disse várias vezes. Essa conta não é do Governador, tanto que ficou sabendo que pagaria a conta e já tentaram fazer um decreto ontem, para mudar as coisas. Por quê? As coisas não chegam ao Governador porque o puxa-saquismo é tão grande que as informações não lhe são passadas. Já estive perto do governo e sei como funciona. Esse é o grande erro dos que dizem ser amigos do Governador. É preciso mostrar que o que está acontecendo na questão ambiental, em Minas, é sério. Padre João, não é a primeira vez que o governo traz essas dificuldades para o produtor rural. Há três anos, criaram uma taxa de ocupação da área de domínio do DER e tiveram a capacidade e a ganância de tentar cobrar R\$85.000,00 por hectare para o produtor rural usar a faixa de domínio que já usava. Isso é o mínimo que está ocorrendo. O Norte de Minas é muito mais sério do que a discussão de hoje. O que está aqui hoje? O desejo de defender o Governador; apenas isso, a figura do Governador. Discutir que foi um grande Governador, que levou o Luz para Todos, que levou telefonia, que fez asfalto. Isso temos obrigação de fazer e temos de reconhecer. Entretanto temos obrigação de mostrar para o povo e para o governo que a questão ambiental em Minas Gerais está travando e atrasando o desenvolvimento do Estado. O Norte de Minas está pagando uma conta que não é dele. A conta do Norte de Minas é do produtor de cana do Triângulo Mineiro. A conta é de lá; não é do produtor do Norte de Minas. A discussão deve ser mais ampla. O Jaíba é um caso sério. Se foi lei federal, se foi lei estadual, é uma discussão político-partidária, mas a questão em si é grave. Acho que a Assembleia deveria criar uma comissão especial para analisar; não CPI, porque às vezes dá muito palanque, muita confusão, mas uma comissão especial para estudar e definir em que podemos ajudar para preservar o Projeto Jaíba, que já investiu mais de R\$2.000.000.000,00. Não é um projetozinho. O Estado precisa olhar diferente para lá; o governo federal tem de olhar diferente, porque os técnicos do IBGE fazem mapas sem conhecer nossa região. Eles não sabem onde fica o Norte de Minas, não sabem o que é Projeto Jaíba. Eles devem achar que Projeto Jaíba é construção de casa popular. Então, temos de levantar essa questão com seriedade, sem levar essa questão para fulano ou sicrano. Tenho dito e volto a repetir a todos os Deputados. Disse ao Deputado Mauri Torres, mais de uma vez, que a questão ambiental de Minas vai explodir, como explodiu graças ao jornal "O Tempo", que tirou a mordada, tirou a censura. Agora está aí essa confusão. Sugiro que seja feita uma Comissão Especial para que possamos, com muita seriedade, com muita tranquilidade, dar uma definição para a

região do Norte de Minas, em especial para o Jaíba.

O Deputado Weliton Prado - Esse material é a gota d'água. É o fato determinante, que prova a necessidade de uma CPI aqui na Assembleia Legislativa. Deputado Paulo Guedes, este material não tem identidade, não tem DNA, porque a pessoa não tem coragem de assinar. É um fantasma, um pirata. Isso aqui é um fato, inclusive com fotos tiradas de funcionários do governo do Estado, do IEF, distribuindo esse material em veículo oficial. Isso aqui é seriíssimo. É um fato determinante para instalar uma CPI. E determinados Deputados que me antecederam ficam pensando que são Deputados Federais, que são Senadores. Somos Deputados Estaduais. Legislamos na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, aqui em Minas. Se ele quiser legislar lá em Brasília, candidate-se a Deputado Federal. Em Brasília, há mais de 10 CPIs, quase 20 CPIs em tramitação. Aqui no Estado de Minas não sai de jeito nenhum. A CPI é o modo mais democrático de investigar. É Comissão Parlamentar de Inquérito. Se tem dúvida, se quer ouvir o Ministro do Meio Ambiente, se quer ouvir o Secretário, se quer ouvir os fiscais do IEF, solicite sua presença aqui na CPI para prestar explicações. Isso é fundamental. É isso que mostra que a CPI faz parte da democracia. Infelizmente, no Estado de Minas Gerais, não há CPI. Aqui não se cumpre a Emenda nº 29 - aplicar os 12% na saúde. Apresenta-se requerimento para fazer CPI? Não se cria CPI. Da segurança pública também não se cria CPI. Não deixam. Infelizmente, o governo não deixa implementar CPI no nosso Estado, diferentemente de Brasília, do Congresso Nacional, onde há várias CPIs tramitando ao mesmo tempo. É fundamental esclarecermos. Essa é uma questão de justiça, de humanidade. O Deputado Paulo Guedes sabe muito bem. Contou-me que um pequeno proprietário comprou do Estado uma gleba de 38ha por R\$80.000,00. Recebeu do IEF uma multa no valor de R\$1.700.000,00. Foi publicado no jornal "O Tempo". Ele comprou a terra, do Estado, por R\$80.000,00, com o direito de explorá-la, e foi surpreendido, caiu em uma armadilha. Ele foi multado por um órgão do governo do Estado em R\$1.700.000,00. Vai ter de trabalhar o resto da vida, mais umas 20 gerações, para conseguir pagar, além de ter de vender a terra pela qual pagou R\$80.000,00. Ai ninguém aguenta. Isso não pode acontecer, ou seja, penalizar os pequenos agricultores, que têm grande interesse em preservar o meio ambiente, porque vivem e sobrevivem, de forma sustentável, da terra. O que não pode é existir uma indústria da multa com o objetivo de arrecadar dinheiro. Estamos apresentando requerimento de criação de CPI para investigar as possíveis irregularidades cometidas na aplicação das multas de trânsito em nosso Estado. Essa é outra questão seriíssima. Queremos colher assinaturas para que essa CPI seja criada. Também é importante criarmos a CPI do Jaíba, a fim de protegermos os pequenos proprietários, esclarecermos o assunto e trazermos contribuições para alterar a legislação e garantir dignidade aos pequenos produtores, que não conseguem mais sobreviver, não aguentam mais serem perseguidos com multas astronômicas, impossíveis de serem pagas. Por isso é importante a mobilização de todos os Deputados desta Casa, independentemente de partido político, a fim de que a CPI investigue as multas do nosso Estado. Quem não teme não treme, não tem medo: que venha a CPI, que investigue, que não deixe pedra sobre pedra, que mostre a realidade, a fim de proteger os pequenos produtores, que não aguentam mais pagar tantas multas.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, não poderia deixar de manifestar meu repúdio a esse jornal, que, de fato, é apócrifo, ou seja, ninguém assina, ninguém responde por ele. O Deputado que me antecedeu, do partido da base do governo Lula, quer discutir conteúdo. Estamos também dispostos a discutir conteúdo. Hoje fomos surpreendidos por um decreto do Governador que considerou de interesse social apenas o Projeto Jaíba. A lei florestal, que foi votada recentemente por esta Casa e sancionada pelo Governador, tinha emenda de minha autoria, que considera de interesse social não apenas o Projeto Jaíba mas também todos os assentamentos de reforma agrária e os condomínios rurais. O desmate é permitido nas áreas consideradas de interesse social. Essa alteração foi feita na lei, não foi vetada na sanção do Governador. Portanto prevalece o interesse social. Sr. Presidente, manifesto nossa disposição para apreciar os vetos. Sinalizamos, na terça-feira passada, que estaríamos em processo de obstrução, por três razões. A primeira razão diz respeito ao empréstimo do Governador, de quase 1 bilhão. O Governador faz o Processo com a aprovação desta Casa, porque o autorizamos a contrair o empréstimo, que será pago pelo próximo Governador. Autorizamos empréstimo para a construção de estradas, para o Luz para Todos, a contrapartida do governo do Estado para o Luz para Todos. Quem pagará a conta? O próximo Governador. O atual Governador aparece com a construção de obras faraônicas, como o Centro Administrativo. Queremos saber em quais ações esses recursos serão empregados. A outra razão da nossa obstrução é a alíquota altíssima de ICMS sobre os agricultores familiares. Não vejo os Deputados brigando por esse fardo pesado colocado sobre as costas dos agricultores familiares: alíquota de 18% sobre alguns produtos, de 12% sobre outros e de 7% sobre uma minoria, embora tenhamos concedido aqui redução de ICMS sobre diversos produtos. E, sobre o agricultor familiar, que garante o alimento para a nossa mesa, pesa esse fardo de uma alíquota de 18%. A condição que colocamos para o Líder do Governo é a publicação imediata desse decreto que possibilita a universalização dessa alíquota. A outra questão aventada diz respeito ao fato de que não daria para discutir o projeto que amplia o objeto social da Cemig sem que esta revise as metas do Luz para Todos. A meta que a Cemig tinha era de apenas 56 mil ligações, quando a demanda, em dezembro do ano passado, já era de 115 mil ligações. É nesse ponto que nos permitimos apreciar o veto, uma vez que hoje, em audiência, a Bancada do PT-PCdoB esteve reunida com o Presidente da Cemig, Djalma, que nos sinalizou, ou melhor, deu-nos a garantia de abrir novo processo de licitação para mais 70 mil ligações. O compromisso que o Djalma fez conosco nesta tarde, sob o testemunho do Líder do Governo, Deputado Mauri Torres, foi de ampliar as metas e fazer, ao invés das 56 mil ligações, até dezembro de 2010, mais 70 mil, totalizando 126 mil ligações. Essa foi a grande conquista desta Casa e da Bancada. A nossa obstrução visa ao interesse coletivo, do povo mineiro. Estamos aqui, Sr. Presidente, para apreciar os vetos que estão obstruindo a pauta. Não é a Bancada que a está obstruindo. Estamos prontos para apreciá-los.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, não querendo polemizar sobre as questões que já foram apresentadas, quero apenas fazer dois registros. Primeiro, se o jornal não tem assinatura nem traz fatos verídicos, por que tanta preocupação com ele? Segundo, existem muitas matérias em pauta, e normalmente V. Exa. tem concedido a palavra a todos nós, pela ordem, para tratarmos do assunto que está na pauta. Portanto fica aqui o meu apelo aos nossos nobres colegas para que possamos contribuir para o bom andamento dos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de amanhã, dia 23, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada, e para as extraordinárias também de amanhã, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 70ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 23/9/2009

Presidência dos Deputados Doutor Viana, Weliton Prado e Carlin Moura

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Suspensão e reabertura da reunião - Chamada para recomposição do quórum; inexistência de quórum para votação - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Proseguimento da votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.168; renovação da votação secreta do veto ao § 2º do art. 1º; manutenção - Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.219; votação secreta do veto ao art. 5º; inexistência de número regimental para votação; anulação da votação; renovação da votação secreta do veto ao art. 5º; manutenção - Questões de ordem; discurso do Deputado Arlen Santiago - Questões de ordem; discurso do Deputado Paulo Guedes - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro -

Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Neider Moreira, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 1ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres, de requerimentos e de indicações.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 2 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. Tendo em vista a importância das matérias constantes na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Secretário (Deputado Sargento Rodrigues) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 37 Deputados. Portanto, não há quórum para votação, mas o há para a continuação dos trabalhos.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Tendo em vista entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que, com a entrada de outros Deputados no Plenário, já se configurou o quórum necessário para votação.

Prosseguimento de votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.168, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. A Presidência vai submeter a matéria a nova votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. As Deputadas e os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares. Em votação, o veto ao § 2º do art. 1º.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Ademir Lucas - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Viana - Duarte Bechir - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 38 Deputados. Votaram "não" 2 Deputados, totalizando 40 votos. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.168. Oficie-se ao Governador do Estado.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.219, que institui a Política Estadual do Livro. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo; para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares. Em votação, o veto ao art. 5º.

- Procede-se à votação secreta por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 38 Deputados. Portanto, não há quórum para votação. A Presidência a torna sem efeito. No entanto, com a chegada de mais Deputados ao Plenário, a Presidência verifica que já se configurou o quórum necessário para votação e vai renová-la. Em

votação, o veto ao art. 5º.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Viana - Duarte Bechir - Elmirio Nascimento - Eros Biondini - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Juninho Araújo - Lafayette de Andrade - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pindaçu Ferreira - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 41 Deputados. Votou "não" 1 Deputado. Está, portanto, mantido o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.219. Oficie-se ao Governador do Estado.

Questões de Ordem

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, faço questão de externar o meu voto, apesar de secreto, no que diz respeito à doação do imóvel para o Município de Sabinópolis, que é de fundamental importância para aquela região do Médio Rio Doce, um Município próximo às cidades de Guanhães, Peçanha e Virgolândia, região que recentemente passou por uma série de dificuldades, do ponto de vista do seu desenvolvimento econômico. Há pouco tempo, na Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, realizamos uma audiência pública na cidade de Guanhães, e um dos temas suscitados foi a dificuldade por que passam os Municípios do entorno de Guanhães em relação à fiscalização ambiental do IEF. Também aquela região clama pela instalação da CPI da indústria das multas, para que possamos apurar possíveis abusos por parte do IEF. Com essa CPI, poderemos encontrar uma saída ponderada e equilibrada, a fim preservarmos o meio ambiente, respeitando o pequeno produtor, aqueles que produzem e dependem do campo para sua sobrevivência. Então, acho importante estarmos aqui para aprovar essa proposição. A cidade de Sabinópolis, ao ter um imóvel destinado, aliás, para a questão social, terá valorizado o desenvolvimento daquela região. Ao mesmo tempo, nós, como Deputados e Deputadas desta Casa, devemos também ajudar aquele pequeno produtor rural a evitar o abuso por parte da fiscalização. Quero também fazer um registro, Sr. Presidente. Como eu já disse, Sabinópolis é vizinha à cidade de Guanhães, e, ainda ontem, recebemos uma importante, alvissareira e muito boa notícia para o futuro da região: a descoberta de uma megajazida de minério de ferro na cidade de Guanhães. São mais de 400 milhões de toneladas de minério de ferro, que, sem dúvida nenhuma, ajudarão o desenvolvimento da região. Também estão sendo feitas descobertas em outras áreas do entorno, em Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim, enfim, naquela região como um todo. Acho importante reforçar essa notícia da descoberta do minério de ferro, Sr. Presidente, para trazer à ordem do dia, à pauta do dia a necessidade de discutirmos o marco regulatório do minério. Muito se tem discutido a respeito do novo marco regulatório do petróleo, do pré-sal, mas percebo que o minério está ficando de lado. A discussão do novo marco regulatório do minério é fundamental, e ele passa pela rediscussão dos valores do "royalty" do minério, para que Minas Gerais possa usufruí-lo melhor. Especialmente o novo marco regulatório passa por uma ideia, uma proposta levantada pelo Governador Wellington Dias, do Piauí, sobre a importância da recriação de uma estatal para também explorar as riquezas minerais de nosso país. Recriar uma estatal do minério não significa fechar as empresas privadas existentes, diga-se de passagem, aquelas que foram privatizadas na década de 90, como a Companhia Vale do Rio Doce, que hoje exerce o monopólio de mais de 90% do minério no País. Ter uma estatal para concorrer com a Vale do Rio Doce será fundamental, pois, com isso, os Municípios serão mais valorizados, e as nossas riquezas permanecerão no Brasil, em vez de encherem os bolsos das bolsas de valores e dos sócios-proprietários dessa empresa privada. Parabéns Guanhães pela importante notícia da descoberta de uma jazida de minério de ferro. Está na hora de, com responsabilidade, regulamentarmos a extração do minério, para que possamos usufruir essa riqueza e não somente deixar que a retirem, deixando somente buracos para as nossas cidades. Como queremos também usufruir essa riqueza, é importante o novo marco regulatório do minério no Brasil.

O Deputado Arlen Santiago - Sr. Presidente, gostaria de pedir à Bancada PT-PCdoB, ao Deputado Carlin Moura, que me antecedeu, e ao Deputado Paulo Guedes que façam um esforço concentrado para que Minas Gerais consiga marcar uma audiência com o Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, do PT, que esteve ontem aqui e nos recebeu. Com base nas leis do governo federal, que dificultam muito a vida do povo da mata seca, quis receber um documento para enviá-lo à Advocacia-Geral da União. Pedi ao Ministro, pessoalmente, a partir do requerimento do Deputado Gil Pereira, para vir à Assembleia Legislativa, a fim de esclarecer os fatos, que estão completamente distorcidos, e dizer como isso deve ser feito. Por exemplo, de acordo com a lei federal, a atividade agropecuária não é beneficiada pelas isenções oferecidas pelo Ibama, enquanto a minerária é passível dessa isenção. Isso significa que, para extrair minério e poluir, essa isenção é possível, mas para a agropecuária, não o é. Queremos a oportunidade de marcar uma audiência com o Ministro Minc, pois ontem, quando estávamos eu, o Deputado Gil Pereira e o Secretário José Carlos, ele pediu o documento, que deseja analisar, com as reivindicações do povo de Minas Gerais, que serão encaminhadas pelo governo do Estado, para entregá-lo à Advocacia-Geral da União. Temos de verificar isso com muito carinho. Acredito que, com o decreto que o Governador publicou ontem, os fatos se precipitarão, pois o governo federal terá de conceder ou não a anuência a esse decreto do Governador de Minas. A questão do Jaíba poderá ser solucionada, mas ainda permanecerá a questão inserida pelo governo federal, de equiparar a mata seca à mata atlântica. Com isso, um mapa dos técnicos do IBGE, como muito bem disse o Deputado Antônio Júlio aqui ontem, que estão em Brasília e que, com certeza, não conhecem nem o Norte de Minas, nem Minas Gerais, nem o Sul do Piauí, proíbe que se faça qualquer atividade nessa região da mata seca. Estamos enfrentando problemas sérios, pois os assentamentos do Incra não podem trabalhar. Poderíamos dizer ao Ministro Minc que já conseguimos viabilizar centenas de questões relativas à água, por exemplo, do assentamento Final Feliz, em Joaquim Felício, e já conseguimos, com a Copasa, a Emater, a Codevasf e a Sedru, o Dilton Melo, mais de R\$500.000,00 para obras, mas ainda há gente sem água em um assentamento feito pelo Incra, que não oferece estrutura para esse pessoal produzir. O Presidente da Assembleia convidou o Ministro Carlos Minc para vir aqui conversar conosco, dizer qual o caminho deve ser traçado para mudarmos a lei e atender o homem do campo. Quero saber como poderemos conversar com ele. Ontem, o Ministro do PT, o Minc, se recusou a receber pessoas do Norte de Minas. Queríamos levar produtores para lá, queríamos alugar ônibus, conversar com o Ministro, com muita elegância, como sempre tem sido pautada a nossa conduta nesta Casa. Queremos que o Ministro esclareça por que tantos decretos perversos estão sendo editados contra os produtores de Minas Gerais.

O Deputado Paulo Guedes - Deputado Arlen Santiago, está fácil. Assine o requerimento de instalação da CPI. Se V. Exa. e a bancada do Norte assinarem, teremos as 26 assinaturas necessárias. Faremos, então, o seguinte acordo: o primeiro convocado a comparecer à CPI será o Ministro Carlos Minc. Vamos começar por lá. Não sei por que vocês não querem assinar esse requerimento para a criação da CPI. Vocês estão com medo de quê? Qual o medo que V. Exa. tem de assinar o requerimento? Por que V. Exa. não o assina? V. Exa. gosta tanto de CPI em Brasília, no Congresso, por que não assina esse requerimento? Se não devem, não temem. Por que vocês têm medo de ser investigados? Por que esse medo, por que esse pânico? Em Brasília, no governo Lula, foram realizadas mais de 50 CPIs. Aqui, nesta Casa, em oito anos, não foi realizada nenhuma CPI. Vocês correm de CPI como o cão corre da cruz. Até parece que existe muita coisa errada aqui. Se não devem, não temem.

Vamos assinar a CPI. Convocaremos o Ministro Minc e o Secretário José Carlos Carvalho. Faremos uma acareação entre os dois. Temos notícia de que foi o José Carlos Carvalho quem fez todo esse estudo incluindo o Norte de Minas nesse mapa da mata atlântica. Estamos sabendo disso. A prova é tanta que o José Carlos Carvalho não teve a coragem de contestar o governo federal. Então, fez um jornal pirata para contestar. Por que não assinou o jornal? Por que o José Carlos Carvalho, que fez o jornal, não o assinou? Por que você não assinou o jornal, José Carlos Carvalho? Como um Secretário se presta ao papel de fazer um jornal apócrifo, um jornal pirata para contestar o governo federal? Ele deveria vir aqui fazer isso. O Secretário não contesta, porque foi ele que ajudou a fazer tudo isso, mas não com o Ministro Minc. Isso foi feito na época da Marina Silva, porque os dois se pareciam muito. Ele já foi Ministro do Meio Ambiente no governo Fernando Henrique. É um xiita de carteirinha, que deseja prejudicar o Norte de Minas, prejudicar os produtores do Estado. José Carlos Carvalho, peça à sua bancada, peça ao Deputado Arlen Santiago que assinem a CPI, porque vamos convocar o Ministro Minc e também V. Exa. Se não tem coragem para isso, José Carlos Carvalho, está fácil: o gesto mais importante que o senhor deveria fazer hoje seria deixar o cargo. Saia dessa cadeira, você está

insustentável, está trazendo muitos problemas para Minas Gerais, mas, acima de tudo, está trazendo problemas para o seu governo.

Está fácil, vamos convocar o Ministro Minc para comparecer à CPI. Basta que o Deputado Arlen Santiago e os Deputados da bancada do Norte - Carlos Pimenta, Gil Pereira, Ruy Muniz e Ana Maria Resende - assinem a CPI. O Norte de Minas é o mais prejudicado, vocês sabem disso. Aqui tem vários discursos de V. Exa., do Ruy Muniz, do Gil Pereira, de todos eles criticando o IEF, criticando essa indústria da multa. Todos aqui já falaram sobre isso, mas na hora de assinar uma CPI todos correm dela. Se ninguém tem o que temer, vamos investigar, que é uma das funções desta Casa. Vamos apurar, saber o que realmente está acontecendo. Com relação ao decreto que o Governador publicou ontem, tudo já estava resolvido. O Deputado Padre João, Líder da nossa bancada, apresentou uma emenda ao Código Florestal, considerando o Projeto Jaíba como de interesse social. E não só o Projeto Jaíba, mas todos os assentamentos de reforma agrária, mas o decreto do Governador não fala em assentamento. Ele deveria ter introduzido isso, respaldando ainda mais a iniciativa da Bancada do PT. O Código Florestal já está sancionado, já é lei, não havia necessidade de decreto. A necessidade é que o governador determine ao Secretário de Meio Ambiente que cumpra a lei que ele assinou, que foi enviada pela Secretaria de Meio Ambiente. É só cumprir o que está lá. Não é preciso fazer esses gestinhos para ver se ameniza a situação, que é brava. O problema é para ser enfrentado de frente, como diz o Deputado Antônio Júlio. Há dois anos estamos falando desse problema aqui, na Casa. O problema é que a Bancada do Governo esconde os fatos do Governador e deixa chegar a esse ponto. O puxa-saquismo é tão grande que as coisas não chegam ao Governador. Mas ainda está em tempo, Governador: demita o Secretário de Meio Ambiente, como demitiu o Diretor do IEF. Tem que demitir todos. É um absurdo o que está acontecendo. Eles querem confiscar as propriedades alheias. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos acompanhado nos últimos 15 dias várias reportagens do jornal "O Tempo" baseadas em tudo aquilo que denunciamos aqui. O Norte de Minas tem que oferecer um pedestal para o jornalista Vittorio Mediolí. Foi só tirar um pouco a mordada da imprensa que as coisas vieram à tona. A imprensa de Minas não noticiou quando o GGFAI, que é o órgão ambiental de fiscalização do nosso Estado, foi fazer uma fiscalização em São Tomé das Letras e a população se organizou para enfrentar essa fiscalização, de tão absurda que era. É isso que vai acontecer no Estado de Minas Gerais: o produtor rural, principalmente o pequeno, tem sido massacrado pelos órgãos ambientais de Minas Gerais. Sr. Presidente, Deputado Paulo Guedes, a qualquer momento haverá um levante do produtor rural. Em vez de o produtor rural ser preso, ele irá prender a polícia para chamar a atenção para o que acontece em Minas Gerais.

Hoje falava para o Deputado Mauri Torres sobre tudo isso que está acontecendo. Cansei de falar para o Mauri, e ele disse que sempre leva essas informações ao governo do Estado. Só agora, depois que a imprensa noticia, depois que um jornal conceituado da Capital tira a mordada, tira a censura, é que as coisas vêm à tona. O jornalista Vittorio Mediolí escreveu, em reportagem publicada no domingo, no jornal "O Tempo", que o Secretário José Carlos não conhece o Jaíba. Não estou afirmando que ele não conhece, estou dizendo do que li no jornal. Se isso for verdade, é muito grave. Não é possível que os responsáveis por cuidar do sistema ambiental de Minas Gerais não conheçam nossa região. Quem conhece o Jaíba vê os absurdos que acontecem. Estive lá há 30 dias, durante a Festa da Banana, e fiquei escandalizado ao ver a questão ambiental. Lá foi feito um projeto para produção, e não para reflorestamento. Há quase 20 anos, comecei o Projeto Jaíba. Mais de R\$2.500.000.000,00 foram investidos, e o Projeto passou a patinar, a engatinhar, porque não consegue produzir. Deputado Arlen Santiago, o mais grave é que, na questão ambiental, o que mais me incomoda é esse sistema socialista, comunista imposto até pelo governo federal e avalizado pelo governo do Estado, quando confisca do produtor de 20% a 40% de sua propriedade. Isso é confisco, porque não há pagamento, nem remuneração, nem gratificação. Está parecendo a Revolução Portuguesa, quando todas as terras foram tomadas e as transformaram em propriedade do Estado. É isso o que está acontecendo em Minas Gerais, no Brasil. Isso precisa ser revisto.

Dizem que o Brasil será o celeiro do mundo. Do jeito que está, em 20 anos, importaremos alimentos de outros países que não têm as mesmas dificuldades ambientais. Em Minas e no Brasil, não se preocupam com a questão ambiental, com a preservação, querem apenas arrecadação. O governo Aécio competentemente criou uma comissão para ver onde se poderia aumentar a arrecadação do Estado. Correto, pois essa preocupação deve existir. Havia lugares em que era possível arrecadar, e isso não acontecia. Entretanto foram fundo demais ao cobrar uma taxa de ocupação da faixa de domínio, para plantar café ou milho, de R\$85.000,00 por hectare. Ora, os camaradas que fizeram esse projeto estão totalmente fora da realidade, totalmente fora do contexto de arrecadação e de preservação.

Presidente, estou preocupado, e não só em relação ao Diretor do DER. Precisamos de profunda modificação. Não gosto de citar nomes. Todos temos problemas. Quando o Governador Aécio Neves soube do problema, editou um decreto, que acho até desnecessário, mas editou. O Governador tem essa virtude de enxergar e decidir rápido, mas precisa ter as informações, que não podem ser mentirosas, não podem chegar até ele apenas na forma de puxa-saquismo, como preservação da imagem do Governador. Tenho dito isso ao Líder do Governo, porque o Governador não pode ser questionado. O Governador fez o asfalto? Fez, foi a grande obra do governo. Levou o Luz para Todos? Estamos atrasados, mas levou. Levou a telefonia celular? Levou. Temos de dizer que isso tudo é questão de visão de um homem público. Em compensação, está matando o nosso produtor rural. Tudo de bom que ele levou está sendo esquecido, porque passamos a discutir o massacre que o IEF, a Polícia Ambiental e os órgãos de licenciamento estão fazendo com o produtor rural. Precisamos continuar a debater não com o intuito de discutir se foi ou não por decreto federal, mas para buscarmos solução. Não adianta ficar fazendo discurso se não há solução. O jornal "O Tempo" prestou grande serviço ao Norte de Minas, prestou grande serviço ao próprio Governador Aécio Neves, denunciando o que já cansamos de denunciar. Mas, infelizmente, a imprensa mineira não podia dar essa divulgação, porque há a lei da imprensa, da mordada e da ditadura implantada em Minas Gerais.

O Deputado Arlen Santiago - Sr. Presidente, solicito a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno, porque fui citado pelo Deputado Paulo Guedes.

O Sr. Presidente (Deputado Carlin Moura) - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado Arlen Santiago.

O Deputado Arlen Santiago - Deputados Carlin Moura, Paulo Guedes, povo de Minas Gerais, uma palavra que não consta em minha vida é "medo". Não assino esta CPI porque há 20 CPis tramitando em Brasília, e, com certeza, elas não estão resolvendo o problema do País. Precisamos encontrar o ponto de equilíbrio e parar com blá-blá-blá. Qual é o ponto? Existe uma lei federal que trata da questão ambiental do Brasil inteiro com regras claras. Aliás, Deputado Padre João, de acordo com o decreto federal, a atividade agropecuária não se enquadra como atividade de utilidade pública. Acredito que muitas pessoas não saibam disso. Enquanto, para a extração mineral, pode ser decretada utilidade pública e haver anuência do Ibama para disponibilização de área para extração mineral - para os grandes mineradores, tudo -, não há utilidade pública para a agropecuária. Está na lei do governo federal. O decreto de 2005 libera duas áreas do Jaíba; por que não libera todas? Agora, o Ibama tem oportunidade de manifestar-se sobre isso.

Ontem, o Ministro Minc esteve aqui, foi recebido pelo Secretário José Carlos, pela Prefeita de Betim, Maria Tereza Lara, e pelos catadores de lixo, que estavam realizando um grande evento no Centro Mineiro de Resíduos. Lá ele disse que não queria receber as pessoas porque não queria politizar o tema. O tema está mais do que politizado, está sendo usado para agredir os outros: fulano assina, fulano não assina. Vamos resolver isso, vamos ao Minc, vamos marcar uma conversa com o José Carlos. Ontem o Gilman saiu daqui e foi conversar com vários produtores a respeito dessa lei. Também ontem o Ministro Minc declarou que não fará nada que não esteja de acordo com a lei para proteger o pessoal. Não sei se faz outras coisas que sejam contra a lei. Mas, quanto a isso, cabe a cada um olhar a sua vida.

Temos de lutar pelo produtor. Querer ou não CPI, blá-blá-blá, isso não resolve. As 20 CPis de Brasília estão resolvendo o problema do País? O que vemos são hospitais sendo fechados porque não se aumenta a tabela do SUS. Os Prefeitos estão gastando mais de 20% com saúde. Fala-se de alguma coisa para ajudar os Prefeitos, porém perderam mais de R\$8.000.000.000,00 de FPM, e a cada dia mais problemas caem em cima dos Prefeitos. Temos de ter serenidade para administrar tudo isso. Ontem, acho que o Ministro Minc estava sereno, apenas considero que ele errou ao querer receber uma documentação para passá-la para a Advocacia-Geral da União. Ele não resolverá nada, se o governo vai poder

liberar a mata seca ou não. Com certeza, toda pessoa que administra comete erros. Temos multas a rever e o direito administrativo de recorrer. Eu mesmo tenho ajudado vários produtores a recorrer de multas. Agora precisamos que o governo federal se sente conosco, porque com o governo estadual estamos nos sentando há muito tempo, querendo buscar os fatos. Sr. Presidente, Deputado Weliton Prado, peça a V. Exa. a gentileza de enviar as notas taquigráficas desta sessão a meu gabinete, para encaminharmos ao Secretário José Carlos, para que ele venha a público manifestar se preparou algum decreto para Marina Silva, Lula, Dilma, para qualquer um publicar o decreto. Sei que Aécio Neves tem uma força muito grande neste País, que precisa do Governador. Vou indagar ao José Carlos se ele questionou o documento, e quem está falando isso terá oportunidade de se defender na Justiça ou então de se retratar.

O Sr. Presidente (Deputado Weliton Prado) - A Presidência solicita o encaminhamento das notas taquigráficas ao Deputado Arlen Santiago.

Questões de Ordem

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, primeiramente gostaria de dizer que, se a saúde vai mal em Minas, é porque, em vez de o Governador investir 12%, vem investindo apenas 6,9%, ficando atrás apenas do Rio Grande do Sul, que também é governado por uma tuca. Nesse Estado há CPI, não há blindagem. Os Deputados pelo menos conseguiram superar. Se as CPIs federais estão resolvendo ou não, pelo menos lá o Presidente não as impede. Aqui o Governador tem o poder de impedir a realização de CPI. É proibido haver CPI em Minas Gerais. A outra questão é que na lei que votamos aqui foi inserida uma emenda de nossa parte, considerando de interesse social os assentamentos de reforma agrária. Não são simplesmente para a agropecuária. Quando se trata de interesse público, para a construção de pontes, rodovias, ferrovias, até mesmo para hidrelétricas, é permitido o corte de mata atlântica. Há essas exceções quando se trata de interesse público e quando se trata de interesse social, no qual incluímos todos os assentamentos de reforma agrária. Então, por que o governo publicou ontem um decreto nessa mesma direção? É perda de tempo. Só que o interesse social já é lei. Se não houvesse peso nenhum, por que o Governador não vetou essa parte onde se consideram de interesse social todos os assentamentos de reforma agrária? Ai vem um decreto que foi publicado no dia de ontem e restringe, considerando de interesse social apenas o Jaíba. Temos problemas no Jaíba, mas há problemas em todos os assentamentos. É importante esclarecer que é o Incra - ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, portanto ao governo federal - que desapropria, que parcela, mas quem concede a autorização para desmate, em cada assentamento, é o IEF, e não o Incra ou o Ibama. Mas quem dá autorização para o desmate, em cada assentamento, é o IEF, e não o Incra ou o Ibama. Portanto existem equívocos, e se o governo de fato quiser, tem amparo legal.

O último ponto a que me refiro: apreciamos dois vetos nesta manhã. Estávamos em processo de obstrução desde a semana passada. A condição era chegar ao entendimento com o governo, fazer a revisão da meta do programa Luz para Todos, que era de apenas 56 mil ligações, e a publicação de decreto determinando a alíquota, em vez de 18%, 12% e 7%, em 3%, e ainda a destinação de empréstimo de quase R\$1.000.000.000,00. A Bancada PT-PCdoB, em reunião com o Presidente da Cemig, obteve a garantia de que, até dezembro deste ano, licitará mais 70 mil ligações. É grande conquista da Bancada, levando a Cemig a rever as metas, em Minas, do Luz para Todos. Em vez de 56 mil ligações, até dezembro de 2010, teremos 126 mil ligações. Aguardamos para saber em que ações serão empregados esses recursos de quase R\$1.000.000.000,00, a serem autorizados por esta Casa, e ainda a publicação do decreto que estipula a alíquota do ICMS em 3%. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Carlin Moura) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado - Acabei de participar do lançamento da Comissão Especial em Defesa do Pré-Sal. Acompanharemos todos os trabalhos da Comissão, sendo o Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Pré-Sal. Estivemos em Brasília, apresentamos um grande número de contribuições ao Congresso Nacional. Faremos um trabalho conjunto para garantir que os recursos cheguem a Minas Gerais, a fim de serem utilizados nas áreas da educação e da saúde. Apresentamos emenda para garantir a valorização dos aposentados, a fim de que parte dos recursos sejam investidos na Previdência. Apresentamos outras emendas para a área da saúde. Solicitamos a implementação da Emenda nº 29 no Congresso Nacional e que parte dos recursos do pré-sal sejam diretamente vinculados à melhoria da área da saúde também. O que me traz à tribuna é a indignação, não só minha, mas de milhares e milhares de mineiros, revoltados com o descaso. Com qualquer ventania, qualquer chuvinha, o sistema da rede elétrica de Minas Gerais cai, deixando a população sem luz. Quase 2 milhões de pessoas ficaram sem luz em Minas Gerais. Isso representa praticamente 10% de toda a população mineira. Está estampado no jornal "Estado de Minas": em Minas Gerais, de cada quatro residências, uma ficou sem energia. Só aqui, em Belo Horizonte, 500 mil pessoas ficaram sem luz, o que provocou um verdadeiro caos. O jornal "Hoje em Dia" estampa a manchete: "Danos causados por chuvas em vários bairros de Belo Horizonte". Há cenas de pessoas revoltadas com a falta de energia, semáforos desligados, o pessoal limpando casas, retirando entulho das ruas, além de galhos e troncos de árvores impedindo o trânsito. Essas foram cenas comuns em várias regiões de Belo Horizonte, ontem, depois dos temporais que castigaram a cidade na tarde de segunda-feira e na madrugada de terça-feira. As regiões mais atingidas foram o Norte, o Nordeste e parte do Centro-Sul. Aqui, no jornal, vemos uma moradora chorando: "Maria da Conceição chora ao ter sua casa alagada, mais uma vez". Isso tem acontecido constantemente. Árvores caídas sobre a rede elétrica, deixando 1.900.000 consumidores sem energia em Belo Horizonte. A água também invadiu casas no Bairro Planalto. A Cemig teve recordes de solicitações de restabelecimento de energia e remoção de árvores. Foram 500 mil ligações, e a Cemig conseguiu atender, mal mal, 20% dessas ligações, ou seja, nem 90 mil pessoas. Há um sério problema no atendimento ao consumidor. É grande a demora para se fazer a religação. E a legislação é clara ao estabelecer que a Cemig tem 11 horas, no máximo, para religar serviços em caso de tempestades e temporais - normalmente, seriam 4 horas -, mas, infelizmente, isso não acontece. A tarifa de energia é uma das mais caras do mundo, e o ICMS chega a 42%. O ICMS mais caro do Brasil é o cobrado na tarifa de energia elétrica em Minas Gerais. Infelizmente, a Cemig está terceirizando seus serviços, deixando de valorizar seus funcionários efetivos. Têm ocorrido muitos acidentes de trabalho. Pela terceira vez, conseguimos suspender uma licitação fraudulenta. Em vez de comprar veículos, a Cemig estava alugando por valor muito acima do mercado. Veículo que custa R\$30.000,00 estava sendo alugado por ela por mais de R\$100.000,00. Esse é um problema muito sério, porque a Cemig não compra os veículos - e tem de comprá-los. Onde está o edital para a compra dos veículos? Essa frota de mais de 1.100 veículos está fazendo muita falta. A Cemig não tem pessoal nem veículos para atender à demanda. Então, somos a favor de que ela compre os veículos, mas pelo preço justo, pelo preço de mercado. É um absurdo a Cemig gastar R\$147.000.000,00 com aluguel de veículos que, se fossem comprados, custariam R\$60.000.000,00. Ai, ficam apagão e caos. O temporal deixou 500 mil imóveis sem luz na Grande BH, o maior número já registrado pela Cemig. O dia foi de limpeza e de contabilizar prejuízos. Pessoas doentes que precisam conservar vacinas, insulina, etc. dentro da geladeira ou ligar equipamentos para se manterem vivas, para respirar, sem energia, ficam prejudicadas. Infelizmente, a população vem sofrendo uma série de prejuízos. Solicitamos à Cemig que coloque a mão na consciência o mais rápido possível, porque ela fatura muito dinheiro e poderia valorizar seus funcionários garantindo a compra de veículos para atender à população e melhorando o atendimento do "call center". Infelizmente, nada disso acontece. Já cobramos aqui: onde está a licitação para a compra dos veículos? Não aceitamos licitação para aluguel de veículos com valores superfaturados, elevados. Como já disse, um veículo popular que custa R\$30.000,00 para compra sai por mais de R\$100.000,00 em aluguel. Não podemos permitir isso. Conseguimos suspender pela terceira vez a licitação. Solicitamos posicionamento rápido, urgente da Cemig para que se restabeleça a energia elétrica. Até hoje há pessoas sem energia elétrica em casa. Que a Cemig assuma o compromisso de ressarcir todos os prejuízos pela queda de energia ao comerciante que perdeu leite, carne, sorvete, etc. e às pessoas que tiveram algum problema de saúde em casa ou equipamentos queimados. Tudo isso por causa do despreparo, da falta de manutenção na rede da Cemig. Todos os que tiveram prejuízo podem procurar o que têm direito de receber. Pelo Código de Defesa do Consumidor, esses cidadãos têm direito de ser ressarcidos. Fica aqui a nossa solicitação, e vamos continuar cobrando da Cemig que passe a tratar com dignidade os seus consumidores, que dão muito lucro a essa estatal que tem uma das tarifas de energia mais caras do Brasil e do mundo.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, solicito a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno, porque fui tratado de forma ofensiva pelo Deputado Arlen Santiago.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado Paulo Guedes.

O Deputado Paulo Guedes - O Deputado Arlen Santiago disse que não tem medo de nada. Não me dirigi a ele dessa forma, não o chamei de medroso: apenas perguntei por que o medo ao não assinar o requerimento da CPI. Se isso é forma agressiva, peço-lhe desculpas. Deputado Carlin Moura, se a palavra correta não é "medo", que palavra podemos usar para definir adequadamente o que está ocorrendo neste momento? Se não é "medo", talvez seja "enquadramento". É triste quando um parlamentar, eleito pelo povo, que deve ter uma bandeira para defender a sua região, se sente enquadrado pelo governo de tal forma que fica difícil fazer essa defesa. Quero deixar claro que o grande mérito de um parlamentar é a liberdade de expressão, a mesma liberdade que tantos outros Deputados desta Casa utilizaram nesta tribuna. Não apenas eu, mas mais de 50 Deputados utilizaram a tribuna para reclamar da força abusiva do IEF em todos os cantos do Estado, especialmente no Noroeste, no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha. Acabei de receber um telefonema do Afonso, Presidente do Comitê da Sub-Bacia do Rio Paracatu, que relatou o que está ocorrendo em mais de 70 assentamentos no Noroeste de Minas. O IEF espalhou terrorismo nesses assentamentos. As pessoas estão perdendo a esperança, pois, após assentadas, não têm condição de desmatar nem para a construção de suas casas. Há assentados vivendo debaixo de lona porque o IEF não lhes dá licença. Pior, Deputado Carlin Moura: os assentamentos são como o Projeto Jaíba: há uma área destinada a reserva legal. O entendimento do IEF é ridículo. Compra-se uma grande propriedade para o assentamento, e destina-se parte da área para reserva legal. E o IEF quer, além da reserva legal, outra, nos lotes. Essa farra tem de acabar. Trata-se da indústria da multa. Isso tem nome: choque de gestão. É o acordo de resultados que o Governador fez com a Secretaria de Meio Ambiente, denunciada no Jaíba por um funcionário do próprio governo. Consta nas notas taquigráficas da Assembleia. O jornal "O Tempo" publicou, na íntegra, a fala do representante do BDMG afirmando claramente que o IEF multa porque tem de sustentar a Secretaria de Meio Ambiente, os helicópteros, as camionetes 4x4 com ar-condicionado e outros aparatos, a Polícia Ambiental, o Igam, a Feam e outros órgãos. Ao todo, são sete órgãos de meio ambiente. Não estou falando nem da Polícia Militar, que também age como Polícia Ambiental; do Corpo de Bombeiros, que está aplicando multas, nem do Ministério Público. Considerando-se todo o governo de Minas, há 10 órgãos para espalhar o pânico entre os produtores da nossa região. Ninguém pode fazer mais nada. Estão confundindo preservação com perseguição. Quem mais quer preservar é o produtor rural, que precisa dos rios, da água, do equilíbrio. Poderiam fazer diferente votando um projeto de minha autoria, que está em tramitação na Casa e trata do ecocrédito, para pagamento. Quem mais quer preservar é o produtor. O que não podemos aceitar é o confisco. Estão confiscando. Estão fazendo o mesmo que Collor fez quando confiscou a poupança. O que o setor de meio ambiente está fazendo é o confisco de propriedades alheias. A pessoa tem a propriedade, mas não pode usá-la nem vendê-la. Ninguém vai querer comprá-la, porque ninguém pode fazer nada ali. Se o governo quer confiscar as propriedades alheias, tem de pagar por isso. Temos de resolver esse problema, que vai continuar rendendo. Tem-se de tomar providência. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, desconvoando a extraordinária de logo mais, às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de hoje, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

Ata da 22ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 15/9/2009

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rômulo Veneroso, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício: da Deputada Maria Tereza Lara, encaminhando o Livro "Segurança Pública: outros olhares, novas possibilidades", do autor João Trajano Sentó-Sé. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.634/2009, em turno único, o qual designou para relator o Deputado Tenente Lúcio. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rômulo Veneroso, o Requerimento nº 4.372/2009 foi convertido em diligência ao Comandante-Geral da PMMG. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.718/2008, com a Emenda nº 1, 4.482, 4.498, 4.500 e 4.518/2009. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de setembro de 2009.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara.

Ata da 25ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 16/9/2009

Às 15h8min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Ademir Lucas e Adelmo Carneiro Leão (substituindo o Deputado Paulo Guedes, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Cecília Ferramenta, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, discutir e votar proposições da Comissão e debater o impacto dos encargos assumidos pelos Municípios para o funcionamento de órgãos estaduais e federais em seus territórios. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir as Sras. Aline Martins Ribeiro Tavares, Diretora da Central de Planejamento, Programação e Normas da Secretária de Estado de Planejamento e Gestão, representando a Secretária, Sra. Renata Maria Paes de Vilhena; os Srs. Roberval Juarez de Andrade, Diretor Administrativo e Financeiro da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - Emater -, representando o Presidente, Sr. José Silva Soares; Waldir Salvador de Oliveira, Superintendente da Associação Mineira de Municípios - AMM -, representando o Presidente, Sr. José Milton de Carvalho Rocha; e Ronaldo Márcio Gonçalves, Prefeito do Município de Pains, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Adelmo Carneiro Leão, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e passa à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Registra-se, nesse momento, a presença do Deputado Paulo Guedes. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.522 e 4.526 a 4.535/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Ademir Lucas em que solicita seja consignada nos anais da Casa manifestação de aplauso à população de Esmeraldas, pela comemoração dos 108 anos de emancipação político-administrativa; e Weliton Prado (2) em que solicita seja realizada audiência pública com a finalidade de debater a situação dos servidores públicos municipais de Belo Horizonte, os quais reivindicam melhores salários e condições dignas de trabalho; e seja realizada audiência pública para debater o atraso nas obras de construção do hospital municipal de Uberlândia. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 2009.

Cecília Ferramenta, Presidente - Ademir Lucas - Wander Borges.

Ata da 8ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO ESPECIAL DA EXECUÇÃO DAS PENAS NO ESTADO, em 17/9/2009

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Vanderlei Miranda, Durval Ângelo e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar o relatório final dos trabalhos da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Fabiano Torres Bastos, Coordenador de Política Prisional da Defensoria Pública do Estado, encaminhando estatística sobre a atuação da Defensoria Pública na esfera criminal/execução penal referente ao primeiro semestre de 2009, e André Luis Alves Melo, Promotor de Justiça de Estrela do Sul, encaminhando sugestões para amenizar o problema da execução de penas no Estado; e da Sra. Marlene Alves de Almeida Silva, Ouvidora do Sistema Penitenciário, informando o cronograma de visita de inspeção às unidades prisionais na região da Zona da Mata. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Herbert José Almeida Carneiro, Juiz da Vara de Execuções Criminais, e Belmar Azze Ramos, Defensor Público-Geral da Defensoria Pública do Estado; a Sra. Vanessa Fusco Nogueira Simões, Promotora de Justiça; os Srs. Francisco Nogueira Machado, Defensor Público federal, representando a Dra. Giêdra Cristina Pinto Moreira, Defensora Pública federal e responsável pelo Ofício de Direitos Humanos e Tutela Coletiva, e Fabiano Torres Bastos, Defensor Público e Coordenador de Política Prisional da Defensoria Pública do Estado; as Sras. Marina Lage Pessoa da Costa, Maria Valéria Valle e Paula Regina Fonte Boa Pinto, Defensoras Públicas estaduais; o Sr. Guilherme Augusto de Faria Soares, Superintendente de Atendimento ao Preso da Subsecretaria de Administração Prisional; a Sra. Sílvia Sander, Diretora de Proteção de Direitos Humanos, representando o Sr. João Batista de Oliveira, Subsecretário de Direitos Humanos da Secretaria de Desenvolvimento Social - Sedese -; o Sr. Alexandre Martins da Costa, Diretor de Articulação do Atendimento Jurídico da Secretaria de Defesa Social - Seds -; as Sras. Marlene Alves de Almeida Silva, Ouvidora do Sistema Penitenciário de Minas Gerais, Maria de Lourdes Oliveira e Silva, Secretária Executiva da Pastoral Carcerária da Igreja Católica, e Mônica Felícia Peixoto, representante da Capelania Prisional da Convenção Batista Mineira, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos convidados, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e passa à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o relatório final dos trabalhos da Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2009.

João Leite, Presidente - Durval Ângelo - Vanderlei Miranda - Wander Borges.

Ata da 2ª Reunião Conjunta DAS COMISSÕES DE DIREITOS HUMANOS E DE PARTICIPAÇÃO POPULAR na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 21/9/2009

Às 13h15min, comparecem no Parque da Vaquejada, no Município de São João da Ponte, o Deputado Durval Ângelo, membro da Comissão de Direitos Humanos, o Deputado André Quintão, membro da Comissão de Participação Popular. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros das Comissões presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos, em audiência pública, sobre a demarcação de terras na região e sobre as práticas violentas cometidas contra remanescentes de quilombolas. O Presidente dá ciência de ofício do Sr. Gercino José da Silva Filho, Ouvidor Agrário Nacional e Presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, justificando sua ausência na reunião. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Alexandre Reis, Subsecretário, representando Edson Santos de Souza, Ministro de Estado, Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Antônio Carlos da Silva, Gestor do Serviço de Regularização de Território Quilombolas, representando Gilson de Souza, Superintendente Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Inkra - em Minas Gerais; Afonso Henrique de Miranda Teixeira, Procurador de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Conflitos Agrários; Elcio Júnior, Vice-Prefeito, representando Fábio Luiz Fernandes Cordeiro, Prefeito Municipal de São João da Ponte; Geraldo Filogônio, Vice-Presidente da Câmara Municipal de São João da Ponte; Major Edvar de Souza Santos, Subcomandante do 30º Batalhão da Polícia Militar de Januária; João Pinheiro de Abreu, Presidente da Associação do Quilombo Brejo dos Crioulos; Paulo Roberto Faccion, membro da Comissão Pastoral da Terra - CPT -; José Carlos de Oliveira Neto, Coordenador dos Acampamentos; Williman Stefani da Silva, Presidente da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Nova Central Sindical; e as Sras. Sandra Maria da Silva, Presidente da Federação das Comunidades de Quilombolas do Estado de Minas Gerais e Coordenadora da Confederação Nacional de Quilombolas - Conaq -; Mariza Rios, Vice-Presidente, representando Jônia Rodrigues, Assessora da Rede de Informações e Ação pelo Direito de Se Alimentar - Fian Brasil, que são convidados a tomar assento à mesa. Os Deputados Durval Ângelo e André Quintão, como autores do requerimento que deu origem ao debate, tecem cada um por sua vez, as considerações iniciais. Logo após, a Presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião conforme edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2009.

Vanderlei Miranda, Presidente - Padre João - Ademir Lucas - Duarte Bechir.

Ata da 19ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 22/9/2009

Às 14h15min, comparecem na Câmara Municipal de Pouso Alegre a Deputada Maria Tereza Lara e o Deputado João Leite, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Ruy Muniz. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e solicita ao membro da Comissão presente que a subscreva. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, questões relativas à segurança pública no Município de Pouso Alegre e região e discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir as Sras. Tereza Cristina Coutinho, Promotora de Justiça da Comarca de Pouso Alegre, representando o Sr. Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça; Romilda dos Reis, Superintendente Regional de Ensino, representando a Sra. Vanessa Guimarães Pinto, Secretária de Estado de Educação; Juliana Campolina, Diretora de Proteção Social Especial da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, representando o Deputado Agostinho Patrús Filho, Secretário de Estado de Desenvolvimento Social; Raquel Ribeiro Costa, Coordenadora Regional em Pouso Alegre da Defensoria Pública, representando o Sr. Belmar Azze Ramos, Defensor Público-Geral; e os Srs. Sérgio Franco, Juiz de Direito da Comarca de Pouso Alegre, representando o Desembargador Sérgio Antônio de Resende, Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais; Rafael Bobra Arakak, Delegado da Polícia Federal em Varginha, representando o Sr. Jerry Antunes de Oliveira, Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado; Emilson Loures da Silva, Chefe da 11ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal (substituto), representando o Sr. Waltair Vasconcelos Sobrinho, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais; Cel. PM Márcio Martins Santana, Comandante da 6ª Região da PMMG, representando o Cel. PM Renato Vieira de Souza, Comandante-Geral da PMMG; Carlos Eduardo Pinto, Delegado Regional da Polícia Civil, e Hafez Tadeu Sadi, Chefe do 6º Departamento da Polícia Civil, representando o Sr. Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe de Polícia Civil do Estado; Cloves Eduardo Benevides, Subsecretário de Políticas Antidrogas da Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude; Ten.-Cel. José Dimas da Silva Fonseca, Comandante do 20º Batalhão da Polícia Militar; Agnaldo Perugine, Prefeito Municipal de Pouso Alegre; Paulo Henrique Pereira Alves, Presidente da Câmara Municipal de Pouso Alegre, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, como um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Em seguida, passa a palavra à coautora do mesmo requerimento, Deputada Maria Tereza Lara. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2009.

João Leite, Presidente - Tenente Lúcio - Maria Tereza Lara.

Ata da 23ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 22/9/2009

Às 14h36min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Ivair Nogueira, Domingos Sávio, Neider Moreira e Padre João, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Domingos Sávio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.439/2009 (relator: Deputado Domingos Sávio) e 3.553/2009 (relator: Deputado Ivair Nogueira, em virtude de redistribuição), ambos na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.553, 4.568 e 4.569/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos do Deputado Sargento Rodrigues em que requer seja encaminhado pedido de providências ao Comandante-Geral da Polícia Militar, com relação à denúncia de ocorrência de roubo forjado, conforme consta do Inquérito Policial Militar - IPM - em trâmite na 3ª Auditoria da Justiça Militar, e seja também instaurado o competente Processo Administrativo Disciplinar - PAD - em desfavor do acusado, Cel. PM Reinaldo Martins, em decorrência da gravidade do fato que afeta a honra e o decore da classe; e que seja encaminhado pedido de informação ao Detran-MG - sobre a receita advinda da aplicação de multas de trânsito nos últimos cinco anos em Belo Horizonte, discriminando os valores por ano, as regiões da Capital de maior incidência e o tipo de multa aplicada. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2009.

Délio Malheiros, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 28/09/2009, destinada a homenagear a DMA Distribuidora S.A. pelos 50 anos de sua fundação.

Palácio da Inconfidência, 25 de setembro de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 3.249/2009

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Deputado Inácio Franco, o Projeto de Lei nº 3.249/2009 estabelece obrigação para a venda de passagens de transporte coletivo intermunicipal.

O projeto foi apreciado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade.

Em seguida, a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas emitiu seu parecer quanto ao mérito, opinando pela rejeição do projeto.

Agora, vem a matéria a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, VII, do Regimento Interno, para que seja analisada a repercussão financeira do projeto.

Fundamentação

A proposição pretende estabelecer para as empresas concessionárias do serviço público de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros a obrigação de receberem cartões de crédito e débito como forma de pagamento das passagens, desde que conste nos editais de licitação de delegação do referido serviço.

A Comissão de Constituição e Justiça evidenciou a possibilidade da iniciativa parlamentar, uma vez que não há restrição específica no texto constitucional. Ressaltou também a existência de polêmica no Supremo Tribunal Federal - STF - em relação à edição de lei que proponha alterações de contratos em vigor. Concluiu, sob a ótica da constitucionalidade, pela possibilidade de edição de lei que estabeleça obrigações para futuras contratações do Estado, assegurando o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e o interesse público.

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas admitiu que o uso de cartões de débito e crédito como forma de pagamento já está

incorporado ao cotidiano da população, sendo cada vez mais aceito nos diversos tipos de estabelecimentos comerciais. Informou ainda que tramita no Senado Federal o Projeto de Lei da Câmara - PLC - nº 55/2009, que permite que o comércio cobre preços diferenciados entre as vendas em dinheiro e cheque e as vendas no cartão de crédito ou débito. Opinou, finalmente, pela rejeição do projeto, uma vez que a edição desse instrumento normativo oneraria ainda mais os usuários do sistema de transporte coletivo intermunicipal.

Sob o ponto de vista financeiro e orçamentário, a proposição não causa impactos ao erário, nem gera novas despesas para o Estado, uma vez que se trata de obrigação a ser estabelecida em momento futuro. E, quando acontecer, o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e do interesse público será definido para aquele contrato específico.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.249/2009.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2009.

Juarez Távora, Presidente - Lafayette de Andrada, relator - Inácio Franco - Célio Moreira.

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 24/9/2009, a seguinte comunicação:

Do Deputado Elmiro Nascimento, notificando o falecimento da Sra. Maria Abadia de Souza, ocorrido em 21/9/2009, em Patos de Minas. (- Ciente. Oficie-se.)

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de aplauso aos Srs. Maurício de Oliveira Campos Júnior, Secretário de Defesa Social, e Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil; à Sra. Sandra Maria Abreu Alvim e aos Srs. Múcio Salomão Bruck e Willian de Freitas e Silva, respectivamente, Delegada, Chefe de Serviço de Apoio Especializado e agente policial da Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso e à Pessoa Portadora de Deficiência, bem como aos demais servidores que atuaram no esclarecimento de crime de roubo de cartões de benefícios do INSS pertencentes a idosos (Requerimento nº 2.718/2008, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com a revista "Ragga" pelos quatro anos de sua fundação (Requerimento nº 4.430/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o jornal "Correio do Papagaio" pelos 15 anos de sua fundação (Requerimento nº 4.435/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o DER-MG pela realização do 14º Encontro Nacional de Conservação Rodoviária (Requerimento nº 4.438/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de repúdio à atitude do Superintendente Regional do DNIT ao não comparecer nem enviar representante à audiência pública da Comissão de Assuntos Municipais destinada a debater a implementação de medidas emergenciais no eixo norte da BR-381 (Requerimento nº 4.475/2009, da Comissão de Assuntos Municipais);

de congratulações com a comunidade de Rio Pardo de Minas pelos 178 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.479/2009, do Deputado Arlen Santiago);

de congratulações com a comunidade de Bocaiuva pelos 136 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.480/2009, do Deputado Arlen Santiago);

de congratulações com o Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de Minas Gerais pelo lançamento da 1ª edição da "Revista do Sindepominas" (Requerimento nº 4.482/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com D. Walmor de Oliveira Azevedo por ter sido o único brasileiro escolhido pelo Papa Bento XVI como integrante da Congregação para a Doutrina da Fé (Requerimento nº 4.501/2009, do Deputado Dinis Pinheiro);

de congratulações com o Sr. Sérgio Resende, Presidente do Tribunal de Justiça, pelo recebimento da Medalha do Instituto dos Advogados de Minas Gerais (Requerimento nº 4.502/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Sr. Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça do Estado, pela realização da Semana do Ministério Público (Requerimento nº 4.503/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de pesar pelo falecimento do Sr. Alberto Menezes Direito, Ministro do STF, ocorrido em 1º/9/2009 (Requerimento nº 4.504/2009, do Deputado Wander Borges);

de aplauso ao "Jornal Belvedere" pelos 6 anos de sua fundação (Requerimento nº 4.505/2009, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso ao Lions Clube Belo Horizonte Inconfidência por seus 50 anos de fundação (Requerimento nº 4.508/2009, do Deputado Doutor

Viana);

de aplauso ao Sr. Paulo Duarte Lopes, Juiz da 3ª Vara Cível da Comarca de Pouso Alegre, pela decisão prolatada na ação civil pública proposta pela Defensoria Pública do Estado segundo a qual o Estado deve transferir imediatamente 150 presos da cadeia pública local (Requerimento nº 4.518/2009, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com a comunidade de Itabirito pelos 86 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.522/2009, do Deputado Célio Moreira);

de congratulações com o Sr. Sérgio Resende, Presidente do Tribunal de Justiça, pelo recebimento da Medalha do Mérito do Ministério Público Promotor de Justiça Francisco José Lins do Rego Santos (Requerimento nº 4.524/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a comunidade de Berizal pelos 14 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.526/2009, do Deputado Arlen Santiago);

de congratulações com a comunidade de Águas Vermelhas pelos 47 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.527/2009, do Deputado Arlen Santiago);

de congratulações com a comunidade de Indaiabira pelos 14 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.528/2009, do Deputado Arlen Santiago);

de congratulações com a comunidade de Catuti pelos 14 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.529/2009, do Deputado Arlen Santiago);

de congratulações com a comunidade de Gameleiras pelos 14 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.530/2009, do Deputado Arlen Santiago);

de congratulações com a comunidade de Fruta de Leite pelos 14 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.531/2009, do Deputado Arlen Santiago);

de congratulações com a comunidade de Curral de Dentro pelos 14 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.532/2009, do Deputado Arlen Santiago);

de congratulações com a comunidade de Cônego Marinho pelos 14 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.533/2009, do Deputado Arlen Santiago);

de congratulações com a comunidade de Capitão Eneias pelos 47 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.534/2009, do Deputado Arlen Santiago);

de congratulações com a comunidade de Campo Azul pelos 14 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.535/2009, do Deputado Arlen Santiago);

de pesar pelo falecimento do Sr. Edelberto Lellis Santiago, Desembargador do Tribunal de Justiça, ocorrido em 24/8/2009, nesta Capital (Requerimento nº 4.543/2009, da Comissão de Constituição e Justiça).

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 21/9/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Delvito Alves

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 25/9/09, que nomeou Guilherme Precioso Toledo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Paulo Cesar Carneiro de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.